

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

1ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS
JUIZ FEDERAL TITULAR: DR. OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR
JUÍZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. MARCOS PAULO SECIOSO DE GÓES

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 30/06/2014 até 11/07/2014, a correição ordinária eletrônica da 1ª Vara Federal de Duque de Caxias, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

1. Priorizar o andamento dos processos de verificação obrigatória;
2. Buscar dar cumprimento às metas 2 e 4 do CNJ, em especial aos processos destacados neste relatório;
3. Atentar para os processos conclusos para despacho (49) há mais de 30 dias e para decisão (8) há mais de 60 dias;
4. Buscar dar andamento aos processos parados (23);
5. Dar atenção ao excesso de documentos (576) no local virtual denominado "Ag. Juntada petição/expediente";
6. Atentar para o lançamento relativo ao tipo de classificação de sentença, em especial quanto a sua intimação;
7. Buscar apresentar o tipo de sentença no cabeçalho ou no rodapé de todas as sentenças prolatadas;
8. Atentar para as observações constantes nos itens relativos aos processos suspensos e de registro e classificação de sentença;
9. Buscar reduzir o acervo, notadamente em razão do seu considerável crescimento em relação à correição realizada em 2012.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

- **Titular:** Dr. Osair Victor de Oliveira Junior atua no juízo desde 18/01/12 - ressalvadas as férias, demais afastamentos à fl. 30, dos autos;
- **Substituto:** Dr. Guilherme Soares Diniz, atuou na Vara de 07/01/2014 a 08/04/2014, não há notícia de afastamentos.
- **Substituto:** Dr. Marcos Paulo Secioso de Góes atua no juízo desde 09/04/2014 - afastamento no dia 09/05/2014, para participação no Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais .
- **Não há informação acerca da divisão dos processos, tendo em vista o informado à fl. 38 dos autos.**

ORGANIZAÇÃO - 14 SERVIDORES

03 analistas judiciários	08 técnicos judiciários	02 técnicos judic./seg. e transp.	01 sem vínculo	04 estagiários
--------------------------	-------------------------	-----------------------------------	----------------	----------------

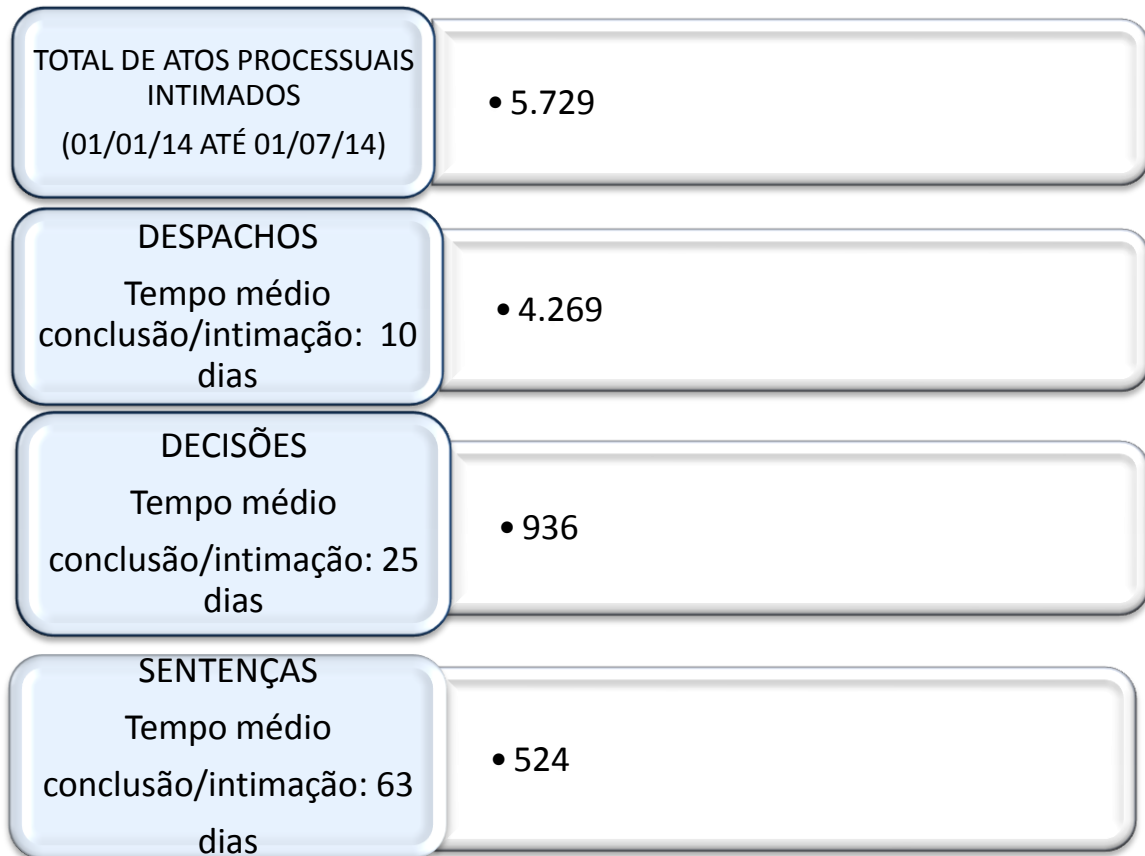
Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

ACERVO TOTAL (CÍVEL E EXECUÇÃO FISCAL):

5.304



Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao meses de 01 a 06/2014.



TOTAL DE SENTENÇAS PROFERIDAS (01/01/14 à 01/07/14): 524



MATÉRIA CÍVEL: 314
EXECUÇÃO FISCAL: 210

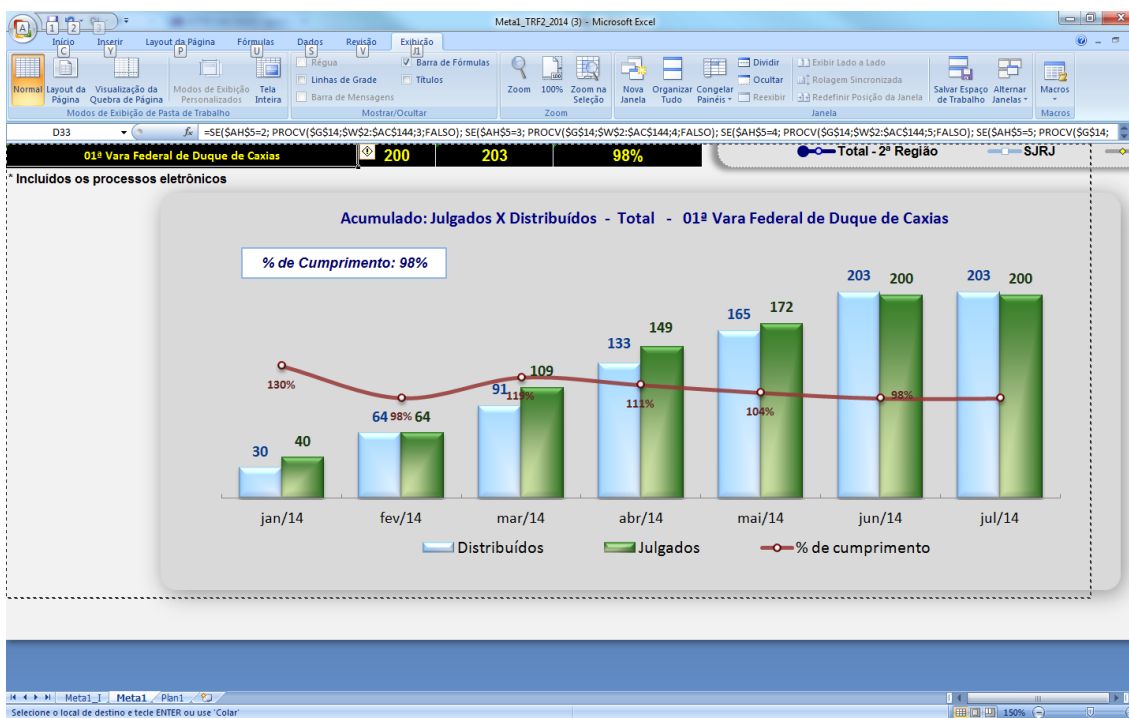
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

METAS DO CNJ

Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Situação parcial - ano de 2014 (acumulado): Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.



Com base na tabela acima, extraída no Portal de Estatística do da 2ª Região no dia 01/07/2014, observa-se que o órgão judicial correicionado cumpriu com 98% da Meta 1/2014.

II - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

De acordo com o mapa estatístico emitido no dia 01/07/2014, restam dois processos, de números 0001974-52.2007.4.02.5168 e 0011985-89.2003.4.02.5101, para cumprimento da Meta 2/2014, referente aos processos distribuídos até 2008 e um único processo, de número 0004923-58.2009.4.02.5110, para cumprimento da Meta 2/2014, dos processos distribuídos até 2010.

Vejamos os dados relevantes dos últimos atos processuais dos processos em tela:

- a) **0001974-52.2007.4.02.5168** => trata-se de Ordinária/outras (classe 1005) com autuação em 21/05/07 e redistribuição para o juízo correicionado em 03/05/12. Observa-se decisão de 28/05/14 (publicada em 03/06/14) e conseqüente remessa para a Fazenda Nacional em 20/06/14. Em 23/06/14, como último movimento, à fl. 148, foi expedida certidão atestando que a PFN foi intimada por omissão no dia 20/06/2014.
- b) **0011985-89.2003.4.02.5101** => trata-se de processo de Reintegração/Manutenção de Posse (classe 5011), com redistribuição dirigida para a 3ª Vara de São João de Meriti/RJ em 30/06/14.
- c) **0004923-58.2009.4.02.5110** => trata-se de Embargos à Execução Fiscal (classe 12006), redistribuída por dependência em 08/03/13. Consta despacho de 14/04/14, com publicação e carga para o autor em 28/04/14. Os autos foram **devolvidos em 13/05/14 e foram para conclusão no dia 26/06/2014**. Processo sem movimentação desde então.

III - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Conforme o mapa estatístico do sistema Apolo, emitido em 03/07/14, há 03 ações de improbidade administrativa incluídas no acervo da meta 4/2014. Vejamos os últimos andamentos processuais das referidas ações:
 - 1) **0002799-73.2012.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada e distribuída por dependência em 04/10/12. Constam como atos processuais mais recentes a deliberação datada de 30/06/14 (publicada 07/07/14) e a consequente expedição, entre os dias 30/06/14 e 02/07/14, de 2 mandados, 2 ofícios e 1 carta precatória.
 - 2) **0001036-37.2012.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada e distribuída por sorteio em 17/05/12. Constam como atos processuais mais recentes a deliberação datada de 14/05/14 e a consequente expedição, em 23/06/14, de 7 mandados.
 - 3) **0001744-48.2011.4.02.5110** => trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 02/08/11 e redistribuída por sorteio em 27/01/12. Constam como atos processuais mais recentes a deliberação de 20/06/14 e a decorrente expedição, em 01/07/14, do ofício nº 1801.000259-3/2014.

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Com base no mapa estatístico extraído no dia 03/07/14, verifica-se a existência de 12 ações civis públicas em trâmite na vara correicionada, sendo que podem ser destacadas algumas das mais antigas a seguir especificadas:

- 1) 0000439-05.2011.4.02.5118 => trata-se de ação civil pública (classe 6001) autuada e distribuída para o juízo correicionado em 25/02/11. O processo encontra-se concluso para despacho desde 01/07/14.
- 2) 0000469-40.2011.4.02.5118 => trata-se de ação civil pública (classe 6001) autuada e distribuída para o juízo correicionado em 15/03/11. Observam-se como atos processuais mais recentes a decisão proferida em 17/06/14 e a posterior carga dos autos em 03/07/14.
- 3) 0002310-31.2010.4.02.5110 => trata-se de ação civil pública (classe 6001) autuada em 11/05/10 e redistribuída para o juízo correicionado em 23/09/13. O processo encontra-se concluso para sentença desde 23/06/14.

AÇÕES ORDINÁRIAS

De acordo com o mapa estatístico emitido no dia 03/07/14, constata-se que há um total de 360 ações ordinárias, sendo 12 ordinárias/tributárias, 90 ordinárias/previdenciárias, 52 ordinárias/servidores públicos, 87 ordinárias/imóveis, 111 ordinárias/outras e 08 ordinárias/anulatória. Há de se destacar, por amostragem, alguns dos processos mais antigos, relativos ao item em questão, quais sejam:

- 1) 0000001-13.2010.4.02.5118 => trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada no dia 29/11/10 e redistribuída para o juízo correicionado no dia 31/01/11. Constam como últimos andamentos

processuais a deliberação de 19/05/14 e a consequente remessa dos autos para o TRF2, em 17/06/14;

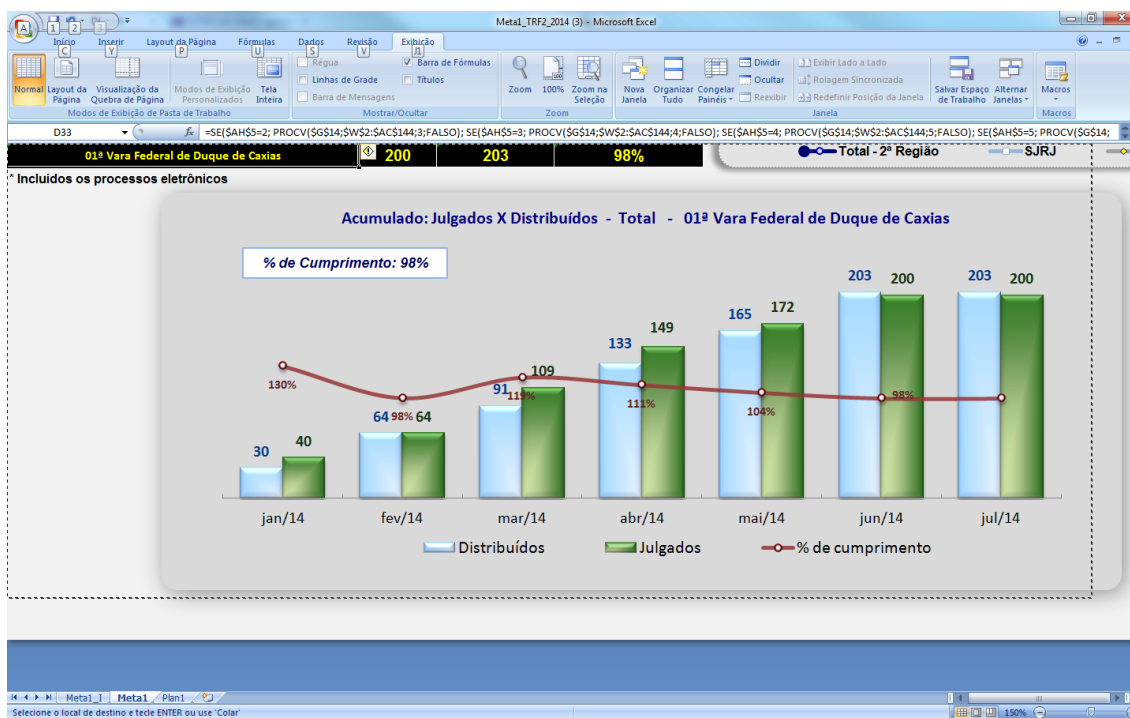
- 2) 0002437-08.2011.4.02.5118 => trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada e distribuída no dia 26/10/11. Constam como últimos andamentos processuais a deliberação de 02/07/14 e a decorrente remessa dos autos para a Fazenda Nacional, em 09/07/14;
- 3) 0002546-22.2011.4.02.5118 => trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada e distribuída no dia 08/11/11. Constam como últimos andamentos processuais a deliberação de 02/06/14 e a consequente remessa dos autos para a parte ré, em 20/06/14;
- 4) 0001071-31.2011.4.02.5118 => trata-se de ordinária/previdenciária (classe 1002), autuada no dia 27/05/11. Constam como últimos andamentos processuais a deliberação de 08/04/14 e a decorrente remessa dos autos para a Fazenda Nacional, em 09/07/14.

METAS DO CNJ

Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Situação parcial - ano de 2014 (acumulado): Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.



Com base na tabela acima, extraída no Portal de Estatística do da 2ª Região no dia 01/07/2014, observa-se que o órgão judicial correicionado cumpriu com 98% da Meta 1/2014.

II - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

De acordo com o mapa estatístico emitido no dia 01/07/2014, restam dois processos, de números 0001974-52.2007.4.02.5168 e 0011985-89.2003.4.02.5101, para cumprimento da Meta 2/2014, referente aos processos distribuídos até 2008 e um único processo, de número 0004923-58.2009.4.02.5110, para cumprimento da Meta 2/2014, dos processos distribuídos até 2010.

Vejamos os dados relevantes dos últimos atos processuais dos processos em tela:

- d) **0001974-52.2007.4.02.5168** => trata-se de Ordinária/outras (classe 1005) com autuação em 21/05/07 e redistribuição para o juízo correicionado em 03/05/12. Observa-se decisão de 28/05/14 (publicada em 03/06/14) e consequente remessa para a Fazenda Nacional em 20/06/14. Em 23/06/14, como último movimento, à fl. 148, foi expedida certidão atestando que a PFN foi intimada por omissão no dia 20/06/2014.
- e) **0011985-89.2003.4.02.5101** => trata-se de processo de Reintegração/Manutenção de Posse (classe 5011), com redistribuição dirigida para a 3ª Vara de São João de Meriti/RJ em 30/06/14.
- f) **0004923-58.2009.4.02.5110** => trata-se de Embargos à Execução Fiscal (classe 12006), redistribuída por dependência em 08/03/13. Consta despacho de 14/04/14, com publicação e carga para o autor em 28/04/14. Os autos foram **devolvidos em 13/05/14 e foram para conclusão no dia 26/06/2014**. Processo sem movimentação desde então.

III - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Conforme o mapa estatístico do sistema Apolo, emitido em 03/07/14, há 03 ações de improbidade administrativa incluídas no acervo da meta 4/2014. Vejamos os últimos andamentos processuais das referidas ações:
- 4) **0002799-73.2012.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada e distribuída por dependência em 04/10/12. Constam como atos processuais mais recentes a deliberação datada de 30/06/14 (publicada 07/07/14) e a consequente expedição, entre os dias 30/06/14 e 02/07/14, de 2 mandados, 2 ofícios e 1 carta precatória.
 - 5) **0001036-37.2012.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada e distribuída por sorteio em 17/05/12. Constam como atos processuais mais recentes a deliberação datada de 14/05/14 e a consequente expedição, em 23/06/14, de 7 mandados.
 - 6) **0001744-48.2011.4.02.5110** => trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 02/08/11 e redistribuída por sorteio em 27/01/12. Constam como atos processuais mais recentes a deliberação de 20/06/14 e a decorrente expedição, em 01/07/14, do ofício nº 1801.000259-3/2014.

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Com base no mapa estatístico extraído no dia 03/07/14, verifica-se a existência de 12 ações civis públicas em trâmite na vara correicionada, sendo que podem ser destacadas algumas das mais antigas a seguir especificadas:

- 4) 0000439-05.2011.4.02.5118 => trata-se de ação civil pública (classe 6001) autuada e distribuída para o juízo correicionado em 25/02/11. O processo encontra-se concluso para despacho desde 01/07/14.
- 5) 0000469-40.2011.4.02.5118 => trata-se de ação civil pública (classe 6001) autuada e distribuída para o juízo correicionado em 15/03/11. Observam-se como atos processuais mais recentes a decisão proferida em 17/06/14 e a posterior carga dos autos em 03/07/14.
- 6) 0002310-31.2010.4.02.5110 => trata-se de ação civil pública (classe 6001) autuada em 11/05/10 e redistribuída para o juízo correicionado em 23/09/13. O processo encontra-se concluso para sentença desde 23/06/14.

AÇÕES ORDINÁRIAS

De acordo com o mapa estatístico emitido no dia 03/07/14, constata-se que há um total de 360 ações ordinárias, sendo 12 ordinárias/tributárias, 90 ordinárias/previdenciárias, 52 ordinárias/servidores públicos, 87 ordinárias/imóveis, 111 ordinárias/outras e 08 ordinárias/anulatória. Há de se destacar, por amostragem, alguns dos processos mais antigos, relativos ao item em questão, quais sejam:

- 5) 0000001-13.2010.4.02.5118 => trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada no dia 29/11/10 e redistribuída para o juízo correicionado no dia 31/01/11. Constam como últimos andamentos

processuais a deliberação de 19/05/14 e a consequente remessa dos autos para o TRF2, em 17/06/14;

- 6) 0002437-08.2011.4.02.5118 => trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada e distribuída no dia 26/10/11. Constam como últimos andamentos processuais a deliberação de 02/07/14 e a decorrente remessa dos autos para a Fazenda Nacional, em 09/07/14;
- 7) 0002546-22.2011.4.02.5118 => trata-se de ordinária/tributária (classe 1001), autuada e distribuída no dia 08/11/11. Constam como últimos andamentos processuais a deliberação de 02/06/14 e a consequente remessa dos autos para a parte ré, em 20/06/14;
- 8) 0001071-31.2011.4.02.5118 => trata-se de ordinária/previdenciária (classe 1002), autuada no dia 27/05/11. Constam como últimos andamentos processuais a deliberação de 08/04/14 e a decorrente remessa dos autos para a Fazenda Nacional, em 09/07/14.

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

Não há dados a relatar.

AÇÃO POPULAR: 01

Com fulcro no mapa estatístico emitido em 03/07/14, há uma ação popular tramitando no juízo correicionado. Vejamos os andamentos mais relevantes para fins do item em questão:

0124981-51.2013.4.02.5110 => trata-se de ação popular (classe 6002), redistribuída para o juízo correicionado em 19/09/2013, e com primeira deliberação em 29/07/2013. Verifica(m)-se, como último(s) movimento(s), o despacho de 11/07/2014, remetido para publicação em 11/07/14.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA: 12

Nos termos do mapa extraído no dia 03/07/14, constam 12 ações civis públicas na vara correicionada. Vejamos, por amostragem, os atos processuais mais relevantes das ações civis públicas a seguir relacionadas.

1) **0002627-68.2011.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública, distribuída em 10/11/2011, com primeira conclusão em 02/12/2011; em 22/04/2014 ato ordinatório dando vista à Parte Ré pelo prazo de 10 dias e o último movimento em 30/04/2014, assim descrito: “conclusão para sentença”, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

2) **0002628-53.2011.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública, redistribuída em 16/11/2011, concluso ao MM Juiz em 02/12/2011 e o último movimento em 11/03/2014, assim descrito: “remessa, carga para o TRF 2ª Região por motivo de processar e julgar recurso”.

3) **0002629-38.2011.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública, redistribuída em 16/11/2011, concluso ao MM Juiz em 02/12/2011; em 02/06/2014 despacho reconhecendo o trânsito em julgado, determinando a baixa na distribuição e arquivamento dos autos e o último movimento em 11/06/2014, assim descrito: “baixa de baixa - findo”.

4) **0002630-23.2011.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública, redistribuída em 16/11/2011, concluso ao MM Juiz em 02/12/2011 e o último movimento em 24/01/2014, assim descrito: “remessa, carga para o TRF 2ª Região por motivo de processar e julgar recurso”.

5) **0002631-08.2011.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública, redistribuída em 16/11/2011, concluso ao MM Juiz em 02/12/2011 e o último movimento em 11/03/2014, assim descrito: “remessa, carga para o TRF 2ª Região por motivo de processar e julgar recurso”.

6) **0002798-88.2012.4.02.5118** => trata-se de ação civil pública, distribuída em 04/10/2012, concluso ao MM Juiz em 08/10/2012; em 20/06/2014 remessa, carga para Réu por motivo de manifestação e o último movimento em 23/06/2014, assim descrito: “devolução de remessa”.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Os processos atinentes ao item em questão foram verificados anteriormente, no meta 4/2014.

AÇÃO DE USUCAPIÃO: 01

Com fulcro no mapa estatístico emitido em 03/07/14, há uma ação de usucapião em trâmite no juízo correicionado. Vejamos os andamentos mais relevantes para fins do item em questão:

0000233-25.2005.4.02.5110 => trata-se de ação de usucapião (classe 5009), redistribuída para o juízo correicionado em 09/06/2014. Consta, como último andamento processual, a conclusão dos autos para decisão desde o dia 11/06/14.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO: 16

Conforme mapa emitido em 03/07/14, há 16 ações de desapropriação no juízo correicionado. Vejamos os seguintes processos verificados por amostragem.

1) 0001159-98.2013.4.02.5118 => trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), autuada e distribuída para o juízo correicionado em 15/08/2013. Constam como andamentos processuais mais recentes e relevantes a sentença, proferida em 04/06/14, publicada em 11/06/14, e a expedição de alvará no dia 24/06/14.

2) 0001436-46.2010.4.02.5110 => trata-se de ação de desapropriação (classe 5010), redistribuída ao juízo correicionado em 27/06/2013. Constam como andamentos processuais recentes e relevantes, o despacho de 16/06/14, e a consequente remessa dos autos à CEF em 18/06/14.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE
POSSE: 20**

Com base no mapa de 03/07/14, observa-se a existência de 20 ações de reintegração/manutenção de posse na vara em questão. Vejamos, por amostragem, os andamentos pertinentes ao item em tela dos processos a seguir relacionados.

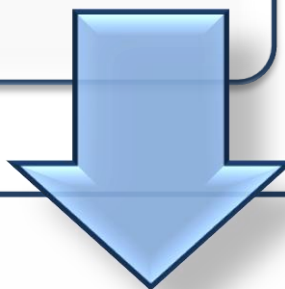
1) 0000880-15.2013.4.02.5118 => trata-se de ação de reintegração/manutenção de posse (classe 5011) distribuída em 14/06/13. Como último andamento observa-se que os autos se encontram conclusos para sentença desde 18/02/14.

2) 0000881-97.2013.4.02.5118 = > trata-se de ação de reintegração/manutenção de posse (classe 5011) distribuída em 14/06/13. Como último andamento observa-se a deliberação de 16/06/14 e posterior remessa à CEF em 24/06/14.

AUDIÊNCIAS

(de janeiro a junho/2014)

- **TOTAL - 13 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 15/01/2014 e a última de 18/06/2014



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- janeiro - 02
- fevereiro - 01
- março - 02
- abril - 02
- maio - 04
- junho - 02

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS

INICIAIS



Foi constatada, no dia 07/07/14, às 16:31 horas, a existência de um local virtual denominado “INICIAIS CÍVEIS” que possui 04 documentos (processos) pendentes, sendo o mais antigo o de número 0120886-68.2014.4.02.5101, com data de entrada em 30/06/14.

Fone: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

BALCÃO DE ENTRADA

16 documentos

Sendo o mais antigo de hoje, dia 07/07/2014, referente ao processo de nº. 0000879-30.2013.4.02.5118, em 07/07/2014 às 16:40h.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



- De acordo com o que foi informado pelo juízo correicionado no questionário de autoinspeção, item 3.9.1. (fl. 43), que se refere aos “procedimentos adotados para análise das iniciais/prevenção”, as petições iniciais que chegam ao balcão de entrada são diariamente analisadas para a verificação dos requisitos necessários ao prosseguimento dos feitos.
- Foi aduzido, ainda, que, por se tratar de uma vara com autos eletrônicos, a prevenção é indicada automaticamente e, portanto, a análise é realizada apenas para fins de confirmação da prevenção indicada.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: 57



P/DESPACHO: 49 há mais de 30 dias	P/DECISÃO: 08 há mais de 60 dias	P/SENTENÇA: 00 há mais de 180 dias
<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 26• Execução Fiscal - 23	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 00• Execução Fiscal - 08	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 00• Execução Fiscal - 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS SEM
MOVIMENTAÇÃO : 19



ENTRE 31 E 60 DIAS:


• 14

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

• 05

Conforme o mapa estatístico extraído no dia 01/07/2014, verifica-se a existência de 14 processos parados entre 31 e 60 dias e 05 processos parados há mais de 60 dias, sendo o mais antigo, de número 00023120620124025118, parado há 111 dias.

PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -
EXECUÇÃO FISCAL: 04



De acordo com o mapa estatístico extraído no dia 01/07/14, consta 01 processo sem movimentação processual entre 121 e 180 dias e 03 processos sem movimentação processual há mais de 180 dias, sendo **os mais antigos os processos de número 00005071820124025118, 00030664520124025118 e 00026683520114025118, parados, respectivamente, há 368 dias, os dois primeiros, e há 321 dias o último.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA

AGUARDANDO JUNTADA,
EM 01/07/2014

- 21, sendo ambas as petições mais antigas pendentes de juntada desde o mês de junho de 2014.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

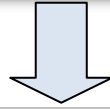
VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

Foram verificados os locais virtuais que, presumidamente, são destinados à verificação de existência de controle de prazos judiciais, a saber:

- “AG. - PERÍCIA”: 03 documentos, sendo o mais antigo de 10/06/14;
- “AG. RESPOSTA DE CARTA PRECATÓRIA”: 17 documentos, sendo os 14 mais antigos de 26/05/2014;
- “AG. RESPOSTA DE OFÍCIO”: 59 documentos, sendo os 3 (três) mais antigos com data de entrada no referido local virtual em fevereiro e março de 2014;
- “AG. JUNTADA PETIÇÃO/EXPEDIENTE”: **576 documentos**, sendo os 3 (três) mais antigos de 30/04/2014, de número 0002840-06.2013.4.02.5118, 0002802-91.2013.4.02.5118 e 0000701-18.2012.4.02.5118;
- “AG. RETORNO DE AR”: 09 documentos, sendo os 3 (três) mais antigos de 08/04/2014.

Cabe observar que todos os referidos locais virtuais foram consultados em 10/07/14, no período compreendido entre 18:57h e 19:32h.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS,
MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)



Foram verificados os locais virtuais que, presumidamente, são destinados ao cumprimento de ordem judicial:

- “EXPEDIR ALVARÁS”: não há documentos;
- “EXPEDIR CARTA PRECATÓRIA/AUDIÊNCIA”: 01 documento com data de entrada no referido local virtual em 01/07/2014;
- “EXPEDIR MANDADOS”: 12 documentos, sendo os mais antigos pendentes de expedição hoje, dia 10/07/2014
- EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO”: não há documentos.

Oportuno registrar que os acima aludidos locais virtuais foram consultados no dia 10/07/14, das 19:33h até 19:39 horas.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 01/07/2014:

03

- segredo absoluto 00	- segredo do sistema 00	- segredo de peças 03
--------------------------	----------------------------	--------------------------

- De acordo com o mapa emitido no dia 01/07/2014, há três processos, de números 00001218520124025118, 00027988820124025118 e

00027997320124025118, com segredo de justiça de documentos (peças) no órgão judicial correicionado e não foi identificada qualquer irregularidade no que se refere ao item em tela.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de janeiro a julho de 2014)

- TOTAL de processos publicados: 1.352
- TOTAL de boletins: 77

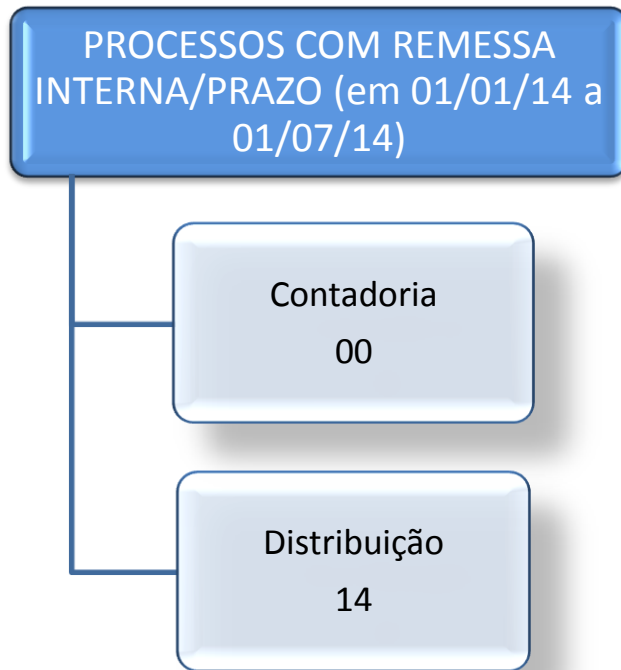
MÉDIA PROCESSOS/BOLETINS:

- 17,56 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE DIAS/PUBLICAÇÃO:

- 4,87 DIAS

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.



No questionário de autoinspeção, foi informado, no item 3.8 (fl. 42), denominado “número de processos da Vara/Juizado com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos, acima dos prazos estabelecidos: (remessas: contadoria, MPF, AGU, FN, etc. com carga para advogados/peritos)”, que não há no juízo correicionado processos com pendência junto a outros setores.

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS:

CIVEIS - 130

EXECUÇÃO FISCAL - 2.194

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Parcelamento - 225
- Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa) - 280
- Art. 40, *caput*, LEF - 947
- Art. 20, Lei 10.522/02 - 242
- Embargos à execução - 72
- Impugnação cumprimento sentença (CPC, 475-M) - 01
- Aguarda decisão de instância superior - 58
- Outros - fase conhecimento - 16
- Outros - fase/processo execução - 481

Foi verificado que todos os processos a seguir relacionados, analisados por amostragem, apresentam situação regular no que se refere ao item em questão, ou seja, possuem decisão de suspensão e classificação no sistema Apolo compatível com esta.

- Aguarda decisão de instância superior

00311611520074025101

00008028920114025118

00144855020114025101

00109103420114025101

- Embargos à execução

00025904120114025118

00047557120124025168

00018629720114025118

01044985420124025168

- Outros – fase conhecimento

00007047020124025118

00017855420124025118

00018889520114025118

00029923520124025168

00001016520104025118

- Outros – fase/processo execução

00007081020124025118

00022636220124025118

00032357620124025168

00011740420124025118

00033466020124025168

- Parcelamento

00000167420134025118

00030058720124025118

00003796120134025118

00018002320124025118

- Repercussão Geral (CPC, 543-B e § 1º)

01048993820144025118

00007404420144025118

- Art. 20, Lei 10.522/02

00000282520124025118

00000715920124025118

00000719320114025118

00000724420124025118

00000776620124025118

- Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa)

00000098720104025118

00000237120104025118

00000331820104025118

00000473120124025118

00000574620104025118

- Art. 40, caput, LEF

00000115720104025118

00000132720104025118

00000167920104025118

00000184420134025118

00000196320124025118

Obs.: O processo de número 00019621820124025118, embora possua classificação no sistema Apolo (de “parcelamento”) compatível com a decisão de suspensão, não apresenta data final de suspensão no referido sistema.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

Conforme mapa estatístico baseado em dados do sistema Apolo, no período de 01/01/2014 a 01/07/2014, foram proferidas 524 sentenças. Vejamos a quantidade das sentenças prolatadas conforme os tipos de intimação estabelecidos:

Convertida em diligência: 39

Em embargos de declaração acolhidos: 14

Em embargos de declaração acolhidos em parte: 04

Em embargos de declaração não conhecidos: 05

Em embargos de declaração rejeitados: 05

Embargos de declaração: 01

Resolução de mérito – conciliação/transação homologada: 04

Resolução de mérito – extinção da execução: 19

Resolução de mérito – pedido improcedente: 95

Resolução de mérito – pedido procedente: 38

Resolução de mérito – procedente em parte: 27

Resolução de mérito – reconhecida prescrição/decadência: 109

Resolução de mérito – pedido procedente com tutela deferida: 03

Resolução de mérito – pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 01

Resolução de mérito – pedido procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 01

Sem resolução do mérito: 126

Sem resolução do mérito – cancelamento da dívida ativa – art. 26 – Lei 6.830/80: 02

Sem resolução de mérito – desistência da ação: 02

Sem resolução de mérito – indeferimento da petição inicial: 01

Vazias: 28

Oportuno sublinhar que em 28 sentenças não houve o lançamento relativo ao tipo de classificação de sentença, em especial quanto a sua intimação (se procedente, se procedente em parte, *etc.*) (são as supra denominadas “vazias”).

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Foram analisados, por amostragem, os processos a seguir relacionados e, ressalvadas as observações consignadas, não foram identificadas quaisquer irregularidades no que se refere ao item em questão.

Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0000001-08.2013.4.02.5118
0000001-13.2010.4.02.5118
0000171-77.2013.4.02.5118
0000240-46.2012.4.02.5118
0000407-29.2013.4.02.5118

Sentenças tipo B2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0001218-86.2013.4.02.5118

Sentenças tipo C (sem julgamento de mérito):

0000527-09.2012.4.02.5118
0000925-87.2011.4.02.5118
0001001-14.2011.4.02.5118
0001073-64.2012.4.02.5118

Obs. 1: observa-se que os processos nº **0001158-16.2013.4.02.5118** e **0001160-83.2013.4.02.5118**, com sentenças classificadas como homologatórias de acordo (tipo B1), **não apresentam a especificação atinente ao tipo de sentença em seu cabeçalho ou rodapé;**

Obs. 2: verifica-se que os processos nº **0000226-28.2013.4.02.5118**, **0000229-80.2013.4.02.5118**, **0000972-90.2013.4.02.5118** e **0001026-90.2012.4.02.5118**, com sentenças classificadas como repetitivas - padronizadas (tipo B2), **não apresentam a especificação atinente ao tipo de sentença em seu cabeçalho ou rodapé.**

Obs. 3: verifica-se que o processo nº **0000793-59.2013.4.02.5118**, embora tenha classificado a sentença no sistema Apolo como sem julgamento de mérito (tipo C), em seu dispositivo, demonstra haver julgado improcedente os embargos, ou seja, julgou o mérito da ação. Não obstante, apresenta em seu cabeçalho classificação de sentença como tipo A (de fundamentação

individualizada) que é incompatível com a supra referida classificação pelo tipo C.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Preferências legais)

Conforme informado no questionário de autoinspeção (à fl. 44 - item 3.15.2), o juízo correicionado, embora não explique como efetiva a preferência dos processos com prioridade legal ou Meta/CNJ, afirma que tais processos são priorizados tanto no processamento como na prolação de sentenças.

LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

De acordo com o que foi relatado no questionário de autoinspeção (à fl. 43 - item 3.11), a vara correicionada só possui processos eletrônicos e os controla "por mesas e controle de prazos".

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO (10/07/2014)

FASE 18

Em 10/07/2014: 01
processo informado e
625 não-informados

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

RPV e PRECATÓRIO
FÍSICOS



Não se aplica, tendo em vista que todos os processos são eletrônicos.

RPV e PRECATÓRIO
VIRTUAIS

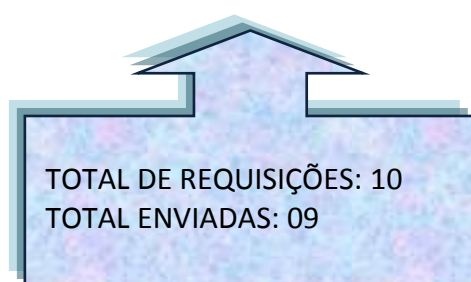


Foram localizados 3 locais virtuais presumidamente destinados aos RPs e Precatórios:

- "Expedir RPV/Precatório": com NENHUM documento;
- "Expedir Alvarás": NENHUM documento;
- "Ag. Levantamento de Alvará": com 01 documento de 01/07/14.

Consultas realizadas em 10/07/14, entre 19:15h e 19:18h.

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none"> • cadastrados: 09 • enviados: 08 	<ul style="list-style-type: none"> • cadastrados: 01 • enviados: 01 	<ul style="list-style-type: none"> • ZERO



Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: **1.338 dias**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)

Conforme relatado pelo juízo correicionado no questionário de autoinspeção, item 3.4, “d” (fl. 41), atinente aos processos de “Grandes Débitos”, é a partir da indicação (requerimento) da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional do município de Duque de Caxias que a parte executada é classificada como grande devedor.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e SJRJ Intranet – Apolo - NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Processos – Grandes Devedores da Fazenda.

PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)

Nos termos do que foi informado pelo órgão correicionado no questionário de autoinspeção (item 3.4, “e” – fl. 41), a aplicação (ou não) da penhora *on line* decorre do requerimento da parte exequente e a consequente concessão quando são preenchidos todos os requisitos legais para o seu deferimento.

LEILÕES (Artigos 270 a 290 da CNCR)

Com base no que foi consignado no questionário de autoinspeção, item 3.4, “f” (fls. 41/42), os leilões são providenciados quando requeridos pela parte exequente e são obedecidos os requisitos legais. Foi consignado, outrossim, que não há como ser informada a quantidade de processos em trâmite nos quais já houve leilão.

CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com a informação constante no questionário de autoinspeção (item 3.4, “g” – fl. 42), não foi realizado nenhum cadastramento de bens constritos. Entretanto, com base nos dados coletados no sistema Apolo em 01/07/14, ou seja, em data posterior ao supra aludido questionário de autoinspeção, foi verificado que constam dois bens constritos em processos distintos, de número 0000793-30.2011.4.02.5118 e 0000796-82.2011.4.02.5118.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNGC)

De acordo com o que foi assinalado no relatório de inspeção anual (item 5 - à fl. 64), não há, no livro físico de sugestões/reclamações/elogios, qualquer reclamação de partes e advogados.

Foi registrado, ainda, no aludido relatório, que não há outros livros obrigatórios, uma vez que a vara tem acervo 100% eletrônico.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

Com base no que foi informado no relatório da inspeção anual – 2014, no item “13. Equipamentos e mobiliários” (à fl. 66), as instalações físicas são adequadas para o bom funcionamento do juízo e o mobiliário e os equipamentos de informática encontram-se em bom estado de conservação e atendem as necessidades operacionais da vara, respectivamente.

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Como objetivo imediato: reduzir os prazos de conclusão em aberto e atender as metas institucionais;

Como objetivo de médio e longo prazo: promover alterações nos procedimentos internos da vara, a fim de alcançar eficiência no trâmite processual, com observância da razoável duração dos processos.

RELATÓRIO
ELABORADO POR

Guilherme de Q. Vieira
matrícula 15.447